

# A UTOPIA DA DESINTERMEDIÇÃO INFORMACIONAL E CRISE NA POLÍTICA DEMOCRÁTICA

## THE UTOPIA OF INFORMATIONAL DISINTERMEDIATION AND CRISIS IN DEMOCRATIC POLITICS

José Adeildo Bezerra de Oliveira<sup>1</sup>  
Martonio Mont'Alverne Barreto Lima<sup>2</sup>

Artigo recebido em 8/5/2023 e aprovado em 6/6/2023.

### RESUMO

A presente reflexão tem por objeto a compreensão dos efeitos da atuação dos partidos políticos, da mídia tradicional (rádio, TV, jornal impresso) e da internet – com suas plataformas digitais – na política democrática. O objetivo é expor o papel da mídia tradicional e dos partidos na política democrática, destacando sua importância e posição nas relações de poder para, em seguida, expor como as novas mídias digitais e o seu modelo de negócios vêm crescendo como agentes políticos, sob o falso discurso de neutralidade política. Por ser uma reflexão de viés teórico, o método utilizado é o hipotético-dedutivo. Quanto aos objetivos da pesquisa, será adotado o método descritivo. Quanto aos procedimentos, a metodologia a ser adotada é a pesquisa bibliográfica. As conclusões parciais são que a nova infraestrutura de comunicação da internet, organizada em torno da economia de dados, apresenta maiores perigos à política democrática do que a infraestrutura da mídia tradicional, bem como tem colaborado diretamente na crise da autoridade da mediação tradicional do debate político realizada pela mídia tradicional e pelos partidos políticos.

**Palavras-chave:** comunicação; infraestrutura; mediação; plataformas; política.

### ABSTRACT

The present reflection aims to understand the effects of the actions of political parties, traditional media (radio, TV, print newspapers), and the internet - with its digital platforms - on democratic politics. The objective is to expose the role of traditional media and political parties in democratic politics, highlighting their importance and position in power relations, and then demonstrate how new digital media and their business model are growing as political agents under the false discourse of political neutrality. As this is a theoretical reflection, the method used is hypothetical-deductive. As for the research objectives, a descriptive method will be adopted. Regarding the procedures, the methodology to be adopted is bibliographic research. Partial conclusions indicate that the new internet communication infrastructure, organized around the data economy, poses greater dangers to democratic politics than the traditional media infrastructure. It has also directly contributed to the crisis of authority in the traditional mediation of political debates conducted by traditional media and political parties.

**Keywords:** communication; infrastructure; mediation; platforms; policy.

### Sumário

1. Introdução; 2 A mediação tradicional e sua infraestrutura de comunicação política; 3 Da utopia ao caos; 3.1 Desintermediação ou (re)intermediação?; 3.2 A tecnopolítica das plataformas; 4. Conclusões; Referências

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de novas tecnologias costuma ser encarado com entusiasmo por alguns e com pessimismo por outros. Ambos os extremos carecem da dialeticidade necessária ao pensamento analítico e crítico. Nem tecnofilia,

<sup>1</sup> Advogado e Professor. Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Christus (UniChristus). Historiador licenciado pleno pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Universidade de Frankfurt. Professor Titular da Universidade de Fortaleza e Procurador do Município de Fortaleza.

nem tecnofobia. Em sentido inverso, a presente reflexão busca analisar os desdobramentos que as tecnologias da informação da era digital têm causado na política democrática, especificamente na esfera comunicativa e institucional da política.

As novas tecnologias digitais influenciam nos diversos campos do saber humano, como na saúde, na ciência e na educação. Este trabalho, então, focará sua análise na infraestrutura de comunicação política estabelecida pelas plataformas digitais das Big Tech. O objetivo é demonstrar como o modelo de negócios que sustenta essas plataformas digitais tem causado inúmeros problemas para a política democrática.

Para tanto, a atenção do trabalho estará voltada especificamente aos reflexos negativos desse modelo de negócios da internet para a mídia tradicional de comunicação massiva (rádio, TV e jornalismo) e para os partidos políticos. A razão desse recorte metodológico deve-se ao fato de a política (espaço de conflitos e tensões constitutivos da própria sociedade) ser marcada pela linguagem humana, sendo no campo das liberdades comunicativas que se dá o embate de ideias e de projetos políticos antagônicos. Nesse sentido, a mídia e os partidos políticos são loci privilegiados para o debate de ideias e projetos, espaços por excelência para a realização da política democrática e para as manifestações políticas das liberdades comunicativas, como a de expressão do pensamento e de comunicação.

Este estudo tem como pressuposto teórico o realismo político weberiano, com suas reflexões sobre a política como uma empresa de interesses, bem como as suas reflexões sobre o caráter político do jornalismo. Também servem como referencial teórico deste trabalho os estudos de Weber (2010) sobre papel dos partidos na formação do Estado moderno.

O objetivo não é promover a defesa da mídia tradicional ou dos partidos, mas expor seus papéis na política democrática, destacando a importância e a posição deles nas relações de poder. Busca-se, com isso, expor como as novas mídias digitais e seu modelo de negócios vêm minando a autoridade política dos partidos e da mídia tradicional, ao mesmo tempo em que crescem como agentes políticos utilizando um falso discurso de neutralidade política.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que os meios de comunicação tradicionais e os partidos políticos exerceram e exercem importante papel na mediação do debate público e da relação entre Estado e sociedade. Tratam-se de agentes que canalizam os antagonismos políticos, ainda que também reproduzam estratégias de poder e de dominação, mas dentro de certos limites estruturais e institucionais. Ou seja, sendo o campo político um segmento marcado pelos antagonismos que se manifestam por meio da comunicação e linguagem humana, bem como pela existência de instituições – por onde se desenvolve a difusão e o debate sobre ideias e projetos políticos – os meios de comunicação tradicionais (TV, rádio e jornalismo) e os partidos políticos possuem uma autoridade relevante na mediação entre sociedade e Estado.

Ocorre que essa autoridade vem se erodindo expressivamente devido aos efeitos das novas infraestruturas de comunicação massiva possibilitadas pelo avanço da internet e das plataformas digitais, erigidas com fundamento em um discurso liberal de favorecimento da autonomia privada e da libertação do indivíduo e da palavra, com uma suposta desintermediação da comunicação entre os agentes políticos, antes centrada na mídia tradicional e em espaços institucionais, como é o caso dos partidos políticos, que representariam as velhas estruturas de poder.

Por ser uma reflexão proposta de viés teórico, o método utilizado é o hipotético-dedutivo. Quanto aos objetivos da pesquisa, será adotado o método descritivo. Por fim, quanto aos procedimentos, a metodologia a ser adotada é a pesquisa bibliográfica.

## **2 A MEDIAÇÃO TRADICIONAL E SUA INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA**

Na linha do realismo político iniciado por Maquiavel, que busca entender a política como ela é, não como deveria ser, a presente reflexão parte do entendimento weberiano da política como uma empresa de interesses (WEBER, 2010). Weber entende a política como “o conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder” (WEBER, 2010, p. 60).

Ao analisar a estruturação do Estado moderno como empresa de interesses, Weber destaca a importância dos partidos políticos como instituições que se opuseram ao estado de dominação personalista de homens na política. O autor, portanto, vê os partidos como instâncias deliberativas coletivas, onde o todo fazia frente às partes, sem desconsiderar o jogo de interesses. Logo, a liderança só seria de quem arregimentasse o apoio da máquina partidária (WEBER, 2010, p. 90-91). Desse modo, ao invés de as decisões serem isoladas, elas passaram a ser deliberadas coletivamente, com o partido intermediando os diversos interesses, fossem eles intrapartidários, da sociedade ou do Estado.

Assim como os partidos políticos são importantes para a política em um Estado, Weber aponta o jornalismo como uma das carreiras mais importantes para a atividade política. Para o autor, o “jornalista é um tipo de político profissional” (WEBER, 2010, p. 86). A razão disso, afirma Bucci, deve-se ao fato de a atividade jornalística ser “um trabalho que lida com os fatos e com ideias acerca dos fatos” (BUCCI, 2019, p. 104), e os fatos são essenciais para a formação do pensamento político. Portanto, tanto os partidos como o jornalismo (aqui denominados de mídia tradicional), são lugares para o exercício da vocação política, seja para quem vive da política, seja para quem vive para a política.

Desde a formação do Estado moderno, esses dois atores políticos vêm mediando a comunicação política. Foi e é no partido que começaram ou começam as discussões sobre pautas políticas e transformações sociais. Tais discussões, durante muito tempo, foram levadas ao grande público por meio das mídias massivas (jornal impresso, rádio, TV). Ou seja, por meio do jornalismo

tradicional. Exatamente por essas razões, esses canais de comunicação política (partidos e jornalismo) são denominados de mediação política tradicional. Tradicional no sentido de já estabelecido ou anterior ao novo modelo, profundamente pautado no uso da internet e de plataformas digitais, o que rompe de certa forma com os meios massivos de comunicação política.

Pelo menos desde Gutenberg, com sua prensa móvel, a difusão de ideias e de informações tem nas mídias tradicionais a sua infraestrutura básica de comunicação política com o grande público. Inicialmente, foi o jornal impresso o grande meio, sucedido pelo rádio e, então, pela TV. Essa foi a infraestrutura de comunicação política sobre a qual foi forjada a democracia liberal.

Não se desconsidera, aqui, o papel relevante que outras instituições, como as universidades e igrejas, também tiveram nesse processo. No entanto, o recorte que se propõe recai sobre a atuação dos partidos e do jornalismo feito por meio dessa infraestrutura comunicativa massiva. Isso, porque a afirmação da internet como infraestrutura de comunicação política cada vez mais dominante no espaço público das democracias se deu e se dá a pretexto de superar os limites comunicativos da mediação tradicional, como se verá a seguir.

### **3 DA UTOPIA AO CAOS**

O homem procura desenvolver tecnologias para facilitar sua vida, gerar riqueza e compreender melhor o mundo, embora a opção realista de interpretação autorize o contrário: nem sempre as tecnologias são desenvolvidas para melhoria da condição humana. Muitos são os benefícios que as novas tecnologias digitais trouxeram para a humanidade, que vão do melhoramento da capacidade de compreensão científica (telescópio e microscópio), à facilitação da comunicação humana (telégrafo e motor a combustão). A internet, acredita-se, está entre as grandes invenções humanas que ajudaram a revolucionar e a transformar o mundo. O conjunto de comodidades trazidas ao homem com o desenvolvimento das tecnologias digitais – seja na comunicação (Twitter, Instagram, Whatsapp), nos transportes (Uber, 99), na segurança (sistemas de vigilância), na alimentação (Ifood), no entretenimento (Spotify, Netflix), no trabalho (processo digital, Meet) – parece não ter mais fim. O leque de inovações não para de ser atualizado. Ocorre que essas inovações trazem muito mais do que comodidades aos seres humanos, sendo potenciais (re)configuradoras das relações de poder.

Essa realidade virtual – decorrente do desenvolvimento das novas tecnologias da informação corolárias da internet – trouxe inúmeras transformações no campo da comunicação política, como a liberação da emissão da palavra, a conexão generalizada e a reconfiguração social, cultural, econômica e política, levando a uma desintermediação da comunicação política tradicional, antes centrada nas mídias tradicionais. (LEVY; LEMOS, 2010, p. 45).

Com a liberação da emissão, as novas tecnologias da informação permitiram que qualquer pessoa pudesse se comunicar na rede mundial, o que possibilitou a ampliação das vozes e a maior circulação das informações. Essa conexão generalizada firmou uma comunicação transversal e a nível planetário entre os indivíduos. A partir dessa reconfiguração, houve uma mudança das comunicações possibilitadas pelas novas mídias digitais, as quais têm transformado as práticas comunicacionais tradicionais centralizadas e verticalizadas do sistema massivo (TV, rádio, imprensa escrita, partidos) em práticas horizontais e descentralizadas do sistema pós-massivo. Isso consolidou um modelo comunicacional no qual todos podem interagir e criar conteúdo (LEVY; LEMOS, 2010, p. 45).

Essa nova infraestrutura da comunicação política, com sua enorme liberação da palavra, ocasionou o surgimento de uma praça pública digital, que deslocou o debate público da arena política tradicional dos sistemas massivos para a internet, na qual todos podem ser, além de consumidores, produtores de informação.

Os efeitos disso na política democrática são diversos e colaboraram para o declínio da mediação tradicional. A princípio, houve certo otimismo com esse fenômeno, pois acreditava-se que a liberação da palavra e a descentralização das comunicações possibilitariam a ampliação da participação cidadã e a oxigenação do espaço público. Disso resultaria a emergência de novos atores políticos ou, pelo menos, de novas vozes antes excluídas do debate público. Dessa maneira, teoricamente, as novas tecnologias levariam à democratização do acesso à informação, facilitando o aumento na sua produção e circulação, ampliando o leque de escolhas. Tudo isso, por sua vez, favoreceria o pluralismo e forjaria uma "esfera comunicacional ímpar e rica" (LEVY; LEMOS, 2010, p. 93).

Sucedede que, a despeito do que se previa, os desdobramentos políticos dessa nova praça pública digital não contribuíram necessariamente para o aumento da inteligência coletiva, para uma maior democratização do debate público ou mesmo para a melhoria da qualidade do debate de ideias e de projetos para a comunidade política. E isso está intimamente relacionado ao modelo de negócios e ao monopólio do comando das informações pelas grandes corporações do Vale do Silício, tais como Google, Meta, Apple, Microsoft, Amazon, entre outras.

### **3.1 Desintermediação ou (re)intermediação?**

A democracia partidária, enquanto governo das opiniões, tem na infraestrutura de comunicação um importante pilar de sustentação, uma vez que a difusão das ideias e os debates sobre os projetos políticos passam por esses canais de comunicação. Sartori (2001), ao se referir aos meios de comunicação tradicionais, afirma que a videocracia enfraquece a autoridade partidária, privilegia emoção sobre a razão na política e favorece o famoso em detrimento

do especialista enquanto fonte de informação. O autor faz um conjunto relevante de críticas aos meios massivos de comunicação – entendidos como prejudiciais ao discernimento humano – que representam uma transição de um sistema de comunicação pautado na linguagem (fala, escrita, escuta), para um sistema pautado no reinado da imagem.

Na mesma direção, Orwell fez críticas ferrenhas à mídia tradicional, afirmando ser sabido o fato de “que os jornais costumam ser inverídicos” (ORWELL, 2020, p. 41). Por sua vez, Walter Lippmann afirmava que notícia e verdade são duas coisas distintas. Enquanto notícias sinalizam eventos, a verdade traz à luz fatos escondidos, relacionando-os na busca de uma imagem da realidade (LIPPMANN, 2008, p. 304).

Nota-se, pois, que a mídia tradicional não tem sido um terreno propício para a confiança, para a propagação da verdade sobre os fatos e, por consequência, para a formação do pensamento político qualificado e crítico. Soma-se a isso o fato de os partidos políticos também não serem espaços onde a confiança dos cidadãos se manifesta de modo acentuado.

A título de Brasil, Bernardo Sorj (2004) afirma que os partidos enfrentam forte crise, com enfraquecimento e perda da aura política. Com a forte desconfiança popular em torno desses agentes, especialmente por conta do fisiologismo, do envolvimento em escândalos de corrupção ou mesmo da ausência de um programa ideológico, o sistema partidário vem perdendo, ano após ano, a sua autoridade como mediador entre sociedade e Estado. Tal contexto tem favorecido uma característica marcante da política brasileira: o personalismo político.

Todo esse quadro apresentado ajuda a compreender o otimismo inicial em torno da nova infraestrutura de comunicação, uma vez que com a internet todos podem se comunicar livremente e em escala mundial, sem a necessidade da mediação das mídias tradicionais ou mesmo de partidos darem o start nas discussões políticas. Com a internet e as plataformas, todos são consumidores e produtores de informações e de opiniões políticas. E mais, se souber utilizar das estratégias adequadas, pode viralizar e levar suas visões de mundo aos diversos rincões do planeta. Um indivíduo com um celular na mão ligado à internet pode, inclusive, desencadear um conjunto de reações em massa sobre política ou sobre saúde pública, como foi o caso da COVID-19.

Tal aparente desintermediação não representa uma necessária superação da infraestrutura tradicional de mediação política. Ao que parece, o que tem ocorrido é uma reintermediação a partir das novas plataformas digitais, que aparentemente seriam mais eficazes para promover a democracia, pois liberam a palavra e horizontalizam o debate público, rompendo com os monopólios de comunicação tradicionais. Nessa nova infraestrutura, qualquer pessoa pode participar e pautar o debate público, que não está mais nas mãos exclusivas da mídia tradicional ou dos partidos.

No entanto, essa nova estrutura não é neutra e traz um conjunto de novos problemas para a democracia que não podem ser negligenciados; e que talvez sejam ainda mais prejudiciais para a política democrática do que os vícios e limites apresentados pela mediação tradicional. Brito Cruz esclarece que

[...] a ideia de que da internet surgiria uma 'nova política democrática' foi se turvando. A polarização política, o discurso de ódio e a disseminação de boatos nas redes sociais nublaram o céu azul da utopia de uma política sem intermediação. Mais do que isso, tais fenômenos evidenciaram que um novo tipo de intermediação se configurou. (BRITO CRUZ, 2019, p. 27).

Portanto, é preciso superar a ideologia da neutralidade política das plataformas e a sustentação tecnocrática do seu poder, que é pautada na economia de dados e no estabelecimento de uma vigilância onipresente no cotidiano dos cidadãos na busca insaciável dos seus dados pessoais.

### 3.2 A tecnopolítica das plataformas

"Nossos algoritmos exploram a atração do cérebro humano pela discórdia"

(Jeff Horwitz e Deepa Seetharaman)

O modelo de negócios que sustenta a internet está fundado sobre a coleta, análise e comercialização dos dados pessoais dos cidadãos usuários dos serviços ofertados pelas plataformas digitais. Para coletar tais dados, as plataformas oferecem diversos serviços através de aplicativos digitais que, muito mais do que ofertar comodidades e serviços, recolhem os dados dos usuários para, além das finalidades comerciais indicadas acima, interesses políticos escusos. Carissa Véliz informa que

O poder das empresas de tecnologia é constituído, por um lado, pelo controle exclusivo de nossos dados e, por outro, pela capacidade de prever cada movimento nosso [...] o que lhes dá a oportunidade de influenciar nosso comportamento e vender essa influência a outros – incluindo governos (VÉLIZ, 2021, p. 85).

Letícia Cesarino (2022) afirma que as mídias que compõem a nova infraestrutura de comunicação política digital possuem um viés político e esse viés tem favorecido a direita iliberal. Essa infraestrutura, segundo a autora, está transformando estruturalmente a esfera pública atual e afirmando, sob o prisma cibernético de controle e gestão, uma tecnopolítica. Alerta, então, para a relação assimétrica entre plataformas e usuários, com os usuários acreditando serem agentes ativos nas escolhas dos seus conteúdos quando, na verdade, são induzidos por monopólios digitais que comandam os seus dados.

Esse modelo, denominado por Evgeny Morozov (2018) de "Estado de regulação algorítmica", está dotando o Estado e algumas gigantes da tecnologia de um poder nefasto para a política e para os direitos individuais dos cidadãos,

pois tem possibilitado a expansão do controle estatal e privado sobre diversos segmentos da vida antes alheios a essas incursões. Destaca que “[a] regulação algorítmica, independentemente de seus benefícios imediatos, nos dará um regime político no qual todas as decisões serão tomadas pelas empresas de tecnologia e pelos burocratas estatais” (MOROZOV, 2018, p. 101).

Portanto, esse modelo de negócios, centrado na tecnopolítica das gigantes da tecnologia mundial (Apple, Google, Microsoft, Meta, Amazon), vem afirmando um novo modelo de governamentalidade. Isso tem resultado em um conjunto acentuado e acelerado de transformações nas estruturas tradicionais de mediação política, como é o caso da mídia tradicional e dos partidos.

A hipótese aqui levantada é que essa nova infraestrutura de comunicação, organizada em torno da economia de dados – pautada na busca pelo lucro advindo da concentração dos dados pessoais dos cidadãos – apresenta maiores perigos à política democrática do que a infraestrutura tradicional de comunicação política pautada nos meios massivos (rádio, TV, jornal impresso e partidos). Outra hipótese é que essa nova infraestrutura de comunicação política tem colaborado diretamente para a crise da autoridade da mediação tradicional do debate político realizada pela mídia e pelos partidos.

Max Fisher (2023), tentando compreender e expor quais as consequências das novas tecnologias da informação, elaborou uma obra explicando sistemática comercial e política das plataformas. A partir de vários depoimentos de pessoas que estudaram, combateram, exploraram ou foram afetadas pelas redes sociais, bem como de pessoas que trabalharam no Vale do Silício, Fisher faz um alerta sobre como as redes sociais se apresentam como tecnologias de poder que estão reprogramando nossas mentes.

As estratégias são pautadas na economia da atenção e na regulação algorítmica. Na busca insaciável por dados para o seu uso comercial e político, as plataformas traçam estratégias que têm como objetivo ampliar ao máximo o tempo de atenção dos usuários, enquanto realizam a coleta dos seus dados pessoais. Para tanto, criam mecanismos de validação social como likes e compartilhamentos, que oferecem recompensas mentais para as ações no ambiente digital, estimulando psicologicamente os usuários para que permaneçam conectados o maior tempo possível (FISHER, 2023).

Os seres humanos tomam decisões por vários motivos, como a razão, a emoção, as ideologias ou mesmo interesses políticos. Essa (re)intermediação feita a partir das redes sociais, estruturada na economia da atenção, favorece as emoções e as paixões. As gigantes da tecnologia digital, com suas plataformas, não estão preocupadas em fomentar um debate político crítico, sério e desgastante, pois isso não atrai a atenção da maior parte das pessoas. O modelo de negócios que estrutura a internet é pautado no oferecimento de facilidades de consumo e na exploração das emoções humanas de modo a assegurar a sua atenção.

Assim, o usuário tem sua experiência digital mediada por algoritmos que definem, a partir da retroalimentação variável, o que os usuários vão consumir. Fisher afirma que “a plataforma age como um intermediário que não é visto. Ela decide quais dos seus comentários distribuir a quem e em qual contexto” (FISHER, 2023, p. 41).

Explorando as identidades sociais e políticas, atuando sobre as emoções e das paixões humanas em busca da atenção dos usuários para coletar e manipular seus dados, as plataformas digitais vêm fomentando e dando voz ao ódio e à discórdia no corpo social. Ao invés de aproximar e unir a partir da comunicação, a mediação feita pela internet está promovendo a discórdia e a fragmentação política nas democracias. Veja-se o exemplo das chamadas “bolhas digitais”, “câmaras de eco” ou “caixas de ressonância”.

Resultantes da regulação algorítmica das plataformas, a “bolhas digitais” são ambientes fechados e hostis ao pluralismo e ao debate democrático. São ambientes formados a partir da mediação obscura das plataformas, que escolhem o que mostrar e para quem mostrar, de modo a favorecer a manutenção da atenção dos usuários e não o seu esclarecimento político. Mariana Valente expõe que

Estudiosos das relações entre comunicação digital e democracia vêm há algum tempo apontando que essas experiências on-line produzem uma degradação da qualidade da informação a que os cidadãos têm acesso, uma fragmentação do debate público, diminuição das possibilidades de experiências comuns e da serendipidade, ou seja, descobertas feitas por acaso e que seriam importantes à formação política e cultural, uma radicalização de ideias de nicho que não precisam criar mediações com outros grupos sociais, colapsos contextuais, dificuldades na criação de um mundo intersubjetivo compartilhado (VALENTE, 2020, p. 99-100).

Todo esse quadro mostra o viés político lesivo da tecnocracia digital, aparentemente neutra em sua estrutura. Assim, essa intermediação feita pelas plataformas vem minando a mediação política tradicional feita pelos partidos e pela mídia tradicional que, a despeito de suas falhas, possui mecanismos de contenção dos radicalismos aparentemente mais eficazes do que a utopia da liberação da fala e do controle das ideias pelas ideias.

O que se tem visto, então, é a regulação algorítmica fragmentando o corpo social e mediando de modo obscuro e sem controle algum o debate público realizado em sua infraestrutura comunicacional digital. Nesse ambiente digital, a civilização do espetáculo chegou ao seu ápice, onde a forma ganhou contornos interativos e de alcance não atingidos pela infraestrutura de comunicação tradicional da imprensa escrita, do rádio e da TV. Sobre a “civilização do espetáculo”, afirma Mario Vargas Llosa que:

[...] a política passou por uma banalização talvez tão pronunciada quanto a literatura, o cinema e as artes plásticas, o que significa que nela a publicidade e seus slogans, lugares-comuns, frivolidades, modas e manias, ocupam quase inteiramente a

atividade antes dedicada a razões, programas, ideias e doutrinas. O político de nossos dias, se quiser conservar a popularidade, será obrigado a dar atenção primordial ao gesto e à forma, que importam mais que valores, convicções e princípios (LIOSA, 2013, p. 44).

Logo, nessa infraestrutura de comunicação das plataformas digitais, com tantas tecnologias de interação e um alcance inédito, o gesto e a forma são explorados por outsiders e grupos extremistas, que vêm ganhando cada vez mais força estimulados pela regulação algorítmica que, ao invés de conter, fomenta os sentimentos mais vis dos usuários na busca insaciável da atenção e dos seus dados pessoais.

Antes, na empresa de interesses do Estado moderno, era o partido que formava e arregimentava os quadros. A instituição realizava o filtro interno dos extremos, levando ao conhecimento do grande público apenas o resultado dos filtros internos, através da mídia tradicional. Os excessos, portanto, podiam ser contidos dentro de parâmetros mínimos de controle editorial e partidário.

Nesse sentido, Levitsky e Ziblatt (2019) argumentam que os partidos são os guardiões da democracia. Sem desconsiderar o exagero que essa expressão pode conter, bem como os limites da atuação partidária brevemente apresentados anteriormente, credita-se aos partidos um papel relevante na defesa da política democrática, uma vez que são espaços institucionais de deliberação conjunta e de mediação entre sociedade e Estado. Partidos políticos podem conter os líderes autoritários, mantendo-os fora das chapas. Podem excluir extremistas das suas bases, bem como evitar alianças com agentes antidemocráticos. Podem, ainda, isolar radicais e forjar alianças democráticas contra agentes políticos iliberais. Percebe-se, pois, que os autores apostam na democracia partidária como filtro político contra o autoritarismo e o extremismo.

Assim, na linha teórica weberiana que entende a política como uma empresa de interesses, ou com o conjunto de esforços no sentido de participar do poder ou a influenciar na sua divisão, os meios tradicionais de mediação política (mídia e partidos) realmente se apresentam como atores institucionais relevantes nos arranjos do poder das democracias liberais, como é o caso da brasileira.

Nesse cenário, a mídia tradicional, centrada em parâmetros editoriais que permitem a responsabilização dos extremos e das ações levianas, possibilita maior filtragem dos discursos extremistas. Bucci afirma que:

Nessa configuração das comunicações, a função pública de mediar o debate social, de investigar e relatar os acontecimentos de interesse geral com fidedignidade e de fazer circular ideias e opiniões divergentes – função essa que se fixou como o papel central da instituição da imprensa – corresponde hoje apenas a uma franja marginal nas redes sociais. Os protocolos classicamente observados pela imprensa de qualidade perderam seu lugar (BUCCI, 2019, p. 45)

Portanto, aparentemente, as infraestruturas tradicionais de mediação política centradas na imprensa e nos partidos possuem mais condições de conter

outsiders e discursos extremos do que as novas mídias, que trabalham com economia da atenção voltada para gerar lucros explorando os sentimentos mais irracionais do ser humano e os potencializando. Isso, porque partidos são instituições coletivas e mais ligadas a projetos coletivos e menos ao personalismo digital.

Por sua vez, a mídia tradicional é, de certo modo, descentralizada, pois são comandadas por grupos nacionais. Em sentido distinto, a infraestrutura da internet é controlada por algumas plataformas que praticamente monopolizam o trato dos dados de pessoas em todo o planeta, o que favorece um capitalismo monopolista de dimensões globais.

Nesse contexto, surge a seguinte questão: qual é o potencial lesivo da manipulação democrática de grupos nacionais que comandam as comunicações nos limites das fronteiras do Estado-nação na frente dos monopólios globais das Big Tech?

Repita-se, não se está a defender que os meios tradicionais de mediação política não sofrem de vícios que também afetam negativamente a política democrática. Longe disso. Ocorre que o controle e a manipulação dos dados, bem como o comando da infraestrutura de comunicação que capta os dados pessoais dos usuários por parte de algumas gigantes da tecnologia vem desequilibrando as relações de poder de modo a favorecer quem possui os dados ou pode comprá-los.

E mais, a própria sistemática de captação dos dados tem levado ao desenvolvimento do radicalismo político, da fragmentação social e da propagação da desinformação. Tudo isso sob o controle distante de Big Tech, imunes à responsabilização política e jurídica em diversos Estados. Some-se a isso o fato de a infraestrutura de comunicação digital possibilitar a vigilância massiva de cidadãos e de governos em todo o planeta, como ficou claro a partir das denúncias de Edward Snowden e do escândalo da Cambridge Analytica. Shoshana Zuboff (2019) denuncia tal quadro afirmando viver-se uma nova etapa do capitalismo que chama de capitalismo de vigilância.

Essa realidade, por sua vez, tem colaborado para a crise da mediação política tradicional, uma vez que vem – mais que substituindo – superando partidos e mídia tradicional na influência exercida na formação das opiniões políticas dos cidadãos usuários dos serviços digitais. Isso, porque o comando dos dados pessoais e dos metadados dos “cibercidadãos” por parte das Big Tech tem possibilitado a elas trabalharem com base em estratégias preditivas de economia comportamental que exercem influência decisiva na comunicação política, direcionando e influenciando comportamentos.

Portanto, no conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, as Big Tech alcançaram uma posição monopolista que ameaça a política democrática a partir da vigilância massiva e disfarçada de prestação de serviços, com uso de estratégias de soft power digital que está

alterando profundamente a formação das opiniões políticas dos cidadãos, fomentando suas emoções e paixões na busca insaciável pela sua atenção para o comércio de dados.

## CONCLUSÕES

A política, enquanto empresa de interesses e técnica de participação e de divisão do poder, necessita da linguagem e de infraestruturas para se comunicar. As reflexões realizadas acima objetivaram alertar o observador e analista para a necessidade de compreender a evolução das infraestruturas de comunicação política. A partir do exposto, pode-se chegar a algumas conclusões parciais.

Inicialmente, verifica-se, na linha de Cesarino, que a nova infraestrutura de comunicação política digital não é neutra. De modo oposto, possui um viés político, ou, pelo menos, representa uma tecnopolítica disfarçada de neutralidade técnica. Isso, porque as redes sociais se apresentam como tecnologias de poder que estão (re)intermediando as relações sociais e políticas por meio das plataformas digitais e reprogramando as mentes dos cidadãos de modo a influenciar em seus comportamentos e decisões políticas, não apenas no consumo de produtos e serviços.

As estratégias utilizadas pelas plataformas são pautadas na economia da atenção e na regulação algorítmica. Com a (re)intermediação política e social feita por intermédio da internet e das redes sociais, a experiência digital mediada por algoritmos define o que os usuários vão consumir de modo a atender não ao pluralismo político democrático, mas aos interesses corporativos das Big Tech, forjando “bolhas digitais” e fomentando os comportamentos mais hostis dos usuários na busca da audiência e da coleta dos dados. O que leva à próxima conclusão parcial.

A segunda conclusão parcial é que o modelo de regulação algorítmica sobre o qual se assenta a internet e a atuação das plataformas digitais está dotando o Estado e algumas das Big Tech de um poder nefasto para a política e para os direitos individuais dos cidadãos, como alerta Morozov. Assim sendo, esse modelo de negócios – centrado na tecnopolítica das gigantes da tecnologia mundial – vem afirmando um novo modelo de governamentalidade e ocasionando um conjunto acentuado e acelerado de transformações nas estruturas tradicionais de mediação política.

A conclusão seguinte é que todo esse processo tem ocasionado riscos mais acentuados à política democrática do que a infraestrutura tradicional de comunicação política, pautada nos meios massivos e, simultaneamente, tem colaborado diretamente na crise da autoridade da mediação tradicional do debate político realizada pela mídia e pelos partidos políticos.

Isso, porque outsiders e discursos extremistas, antes contidos pela mediação política tradicional dentro de certos limites editoriais e partidários, têm ganhado espaço acentuado na política a partir do uso sistemático das plataformas e da

internet, sem precisar passar por filtros partidários ou mesmo editoriais de jornais, por exemplo.

Por fim, conclui-se que o modelo de negócios da internet, centrado na economia de dados, vem favorecendo a afirmação de um capitalismo monopolista digital, com a concentração dos dados pessoais dos usuários das plataformas digitais nas mãos de algumas Big Tech. Tal quadro, por sua vez, representa uma ameaça ainda maior para a política democrática do que os apresentados por conglomerados midiáticos nacionais, uma vez que o comando da maior parte da infraestrutura de comunicação digital atual está concentrado sob o poder de empresas como Apple, Google, Microsoft, Meta e Amazon.

Essas Big Tech, conforme o exposto, não estão interessadas em regras de *accountability* ou de promover um debate público plural e democrático. Pelo contrário, o que elas buscam – ao oferecer a infraestrutura básica de comunicação atual – é a coleta e a comercialização dos dados pessoais dos usuários dos seus aplicativos, a despeito dos seus interesses e direitos, sujeitando a política democrática aos seus interesses corporativos.

No momento em que este texto é concluído, discute-se no Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei nº 2630/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O Projeto de Lei trata também de medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais, como Facebook e Twitter, e nos serviços de mensagens privadas, como WhatsApp e Telegram, com a exclusão daqueles serviços de uso corporativo e e-mail. Chama a atenção dois aspectos até o momento. O primeiro deles foi a movimentação das Big Tech contrárias à aprovação do PL nº 2630/2020, com direito a intensa propaganda na plataforma Google, por exemplo. O segundo, diz respeito à atenção que observadores de países europeus têm sobre o Projeto e sua discussão, com o objetivo de possível adequação às realidades daquele continente.

Entende-se que a regulação destes novos ambientes de comunicação corresponde a uma opção democrática. Não se sabe ainda o desfecho sobre a aprovação ou rejeição do Projeto de Lei nº 2630/2020. Por outro lado, pode-se recorrer às palavras de significativo representante do liberalismo moderno, Norberto Bobbio, para quem a democracia é, antes de tudo, um sistema de limites; limites econômicos, políticos e sociais em razão da necessidade da convivência pluralista de respeito recíproco.

## REFERÊNCIAS

BRITO CRUZ, Francisco. Fake News definem uma eleição? In: BARBOSA, Mariana (org.). Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BUCCI, Eugênio. Existe democracia sem verdade factual? Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

BUCCI, Eugênio. News não são fake. In: BARBOSA, Mariana (org.). Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

- CESARINO, Letícia. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FISHER, Max. A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Trad. Érico Assis. São Paulo: Todavia, 2023.
- HORWITZ, Jeff; SEETHARAMAN, Deepa. "Facebook Executives Shut Down Efforts to Make the Site Less Divisive". The Wall Street Journal, 26 mai. 2020. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/facebook-knows-it-encourages-division-top-executives-nixed-solutions-11590507499>. Acesso em: 02 mai. 2023.
- LÉVY, Pierre; LEMOS, André. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.
- LIOSA, Mario Vargas. A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e cultura. Trad. Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- LIPPMANN, Walter. Opinião pública. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- ORWELL, George. Sobre a verdade. Trad. Claudio Alves Marcondes. São Paulo: Companhia das letras, 2020.
- SARTORI, Giovanni. Homo videns: televisão e pós-pensamento. Trad. Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2001.
- SORJ, Bernardo. A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- VALENTE, Mariana Giorgetti. Liberdade de expressão, algoritmos e filtros-bolha. In: FARIA, José Eduardo (Org.). Liberdade de expressão e as novas mídias. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- VÉLIZ, Carissa. Privacidade é poder: por que e como você deveria retomar o controle de seus dados. Trad. Samuel Oliveira. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 2. ed. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- ZIBLATT, Daniel; LEVITSKY, Steven. How democracies die. New York: Broadway Books, 2019.
- ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.
-